



# Anais da Assembléia

Nº 173

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 1996

ANO XXII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**EDGAR BUENO**  
3º Secretário - PDT

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

PDT - 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Berlinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB - 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB - 10: Durval Amaral - Cleiton Kleise - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB - 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hernes Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB - 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irandi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL - 05: Basílio Zarusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT - 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

Atos da Presidência:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte lei:

LEI Nº 11.572

DATA: 05 de novembro de 1996.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade de Delegacia de Acidentes de Trânsito em Maringá.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar uma unidade de Delegacia de Acidentes de Trânsito em Maringá.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.11.96.  
(a) ANIBAL KHURY

LEI Nº 11.573

DATA: 05 de novembro de 1996.

SÚMULA: Institui no calendário de eventos do Estado do Paraná o Dia do Policial Rodoviário Paranaense, a ser comemorado no dia 27 de outubro de cada ano.

Art. 1º - Fica instituído no calendário de eventos do Estado do Paraná o Dia do Policial Rodoviário Paranaense, a ser comemorado no dia 27 de outubro de cada ano.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.11.96.  
(a) ANIBAL KHURY

LEI Nº 11.574

DATA: 05 de novembro de 1996.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a incluir o ensino da Língua Espanhola como opção para a matéria "Língua Estrangeira Moderna nas escolas de 1º e 2º graus da Rede Pública de Ensino".

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir, nas escolas de 1º e 2º graus da Rede Pública Estadual, o ensino da Língua Espanhola como opção para a matéria "Língua Estrangeira Moderna".

Art. 2º - O ensino da Língua Espanhola deverá ser implantado nas escolas da Rede Pública Estadual e nos Centros de Língua Estrangeira Moderna - CELEM, através de ato próprio do Poder Executivo, respeitada a legislação pertinente.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Educação tomará as medidas necessárias para dotar os estabelecimentos, que implantarem o ensino da Língua Espanhola, dos docentes habilitados requeridos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.11.96.  
(a) ANIBAL KHURY

LEI Nº 11.577

DATA: 11 de novembro de 1996.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a instalar no Município de Araucária uma Delegacia Especializada da Mulher, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar no Município de Araucária uma Delegacia Especializada da Mulher, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,  
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.11.96.  
(a) ANIBAL KHURY

LEI Nº 11.578

DATA: 11 de novembro de 1996.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher, no Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher, no Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.11.96.  
(a) ANIBAL KHURY

LEI Nº 11.579

DATA: 11 de novembro de 1996.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Fundação ABC para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, com fulcro nos artigos 87, XVII, e 54, XXI, da Constituição do Estado do Paraná, a celebrar convênio com a Fundação ABC para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária, com sede e foro no Município de Castro - PR, para que esta possa atuar como entidade oficial de pesquisa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.11.96.  
(a) ANIBAL KHURY

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 42ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 1996.  
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Edgar Bueno.

As dez horas e trinta e oito minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama,

Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Joel Coimbra, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Antonio Belinati (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.
- O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 008/96, que dá nova redação ao § 1º, do artigo 6º, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 008/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1º - O artigo 6º e seus respectivos parágrafos da Resolução nº 159, de 28 de dezembro de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

\*Art. 6º - A sessão preparatória seguinte será presidida pelo Presidente eleito, que convidará dois Deputados presentes para Secretários provisórios, realizando-se, nesse mesmo dia, a eleição de 3 (três) vice-Presidentes e 5 (cinco) Secretários.

§ 1º - Os membros da Mesa terão um mandato de dois anos, permitida a recondução na mesma Legislatura.

§ 2º - Enquanto não for escolhido o Presidente, não se procederá a eleição para os demais cargos.

§ 3º - A eleição será feita em cédulas distintas, sendo uma para os cargos de vice-Presidentes e outra para os cargos de Secretários."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.11.96.  
(aa) CÉSAR SELEME - Presidente  
WALMOR TRENTINI - Relator

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/96, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Es-

tadual Tancredo de Almeida Neves, com sede e foro no Município de Maringá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Curitiba, ensino de 1º grau, com sede e foro no Município de Paranavai. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 438/96, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação da Família e Integração do Menor - AFIM, com sede e foro em Laranjeiras do Sul. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 459/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 089/96, que aprova um ajuste orçamentário no valor de R\$ 539.000,00 (quinhentos e trinta e nove mil reais), ao vigente orçamento do Ministério Público, visando atender despesas com aquisição de equipamentos de informática. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

### Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 223/96

conceder, aposentadoria compulsória por invalidez, de acordo com os artigos 139, 224 e parágrafo único, e 235 da Lei nº 6.174/70, a EONEZIA VARELLA CARDOSO, matrícula nº 40351, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo "A"-nível 61, com vencimentos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de um (01) adicional nos termos do artigo 170 e parágrafo único da citada Lei nº 6.174/70, tendo em vista o Parecer nº 198/95 da Procuradoria Geral do Estado, no sentido de que os benefícios do Estatuto dos Funcionários civis do Estado, só poderão ser concedidos aos funcionários efetivos após o cumprimento do tempo estabelecido; resultando em proventos de inatividade conforme informação de fls. 06 da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, da Diretoria de Pessoal da Casa.

(Prot. nº 253/96)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.10.96.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 224/96

conceder aposentadoria, a pedido, a TABAJARA MARTINS, matrícula nº 073, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do artigo 35,

inciso III, letra "a" da Constituição Estadual, combinado com o artigo 140, inciso I, da Lei nº 6.174/70, com proventos mensais e integrais de acordo com o art. 4º e § 1º, da Resolução nº 02/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único, da Lei nº 6.174/70, calculados em conformidade com a Resolução nº 7.894/91 do Tribunal de Contas do Estado; cinco (05) adicionais, conforme o artigo 171 e parágrafo 1º da Lei nº 6.174/70 e artigo 37, inciso XIV, da Constituição Federal e, cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o artigo 6º da Lei Complementar nº 21/84 e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando, em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 05 da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, da Diretoria de Pessoal da Casa.

(Prot. nº 3395/96)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.10.96.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 225/96

exonerar, a pedido, ANDERSON ARRIVABENE, matrícula nº 40504, ocupante do cargo de Advogado, do Quadro de Regime Jurídico Único, deste Poder Legislativo, a partir de 04 de novembro de 1996.

(Prot. nº 10036)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.11.96.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário

NELSON GARCIA - 2º Secretário

#### Atas das Comissões:

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Emerson Nerone, Luiz Claudio Romanelli, José Maria Ferreira, Geraldo Cartário, Caíto Quintana, César Seleme, Irondi Pugliesi, Basílio Zanusso, Waimor Trentini, Eduardo Trevisan, Antonio Annibelli, Valdir Rossoni, Renato Adur e mais o Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a Ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 446/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 078/96. O Deputado Joel Coimbra esclarece que este projeto de lei foi à Presidência, e em reunião foi elaborado um Substitutivo com apoio de vários Deputados, que ora retorna para apreciação nesta Comissão. O Senhor Presidente passa a relatar as modificações contidas no Substitutivo. O Deputado Caíto Quintana solicita vistas e o Senhor Presidente diz que a matéria está em Regime de Urgência, portanto, não é passível de concessão. O Deputado Luiz Claudio Romanelli alerta para a gravidade da situação, pois este projeto de lei foi objeto de análise nas Comissões de Constituição e Justiça e na de Finanças. Não foi a Plenário onde poderiam apresentar emendas e retorna para esta Comissão de Constituição e Justiça com Substitutivo. Pergunta como pode ser votado novamente, pois é matéria vencida nessa Comissão e há um rito, que é regimental e que não pode ser desconhecido por esta Presidência. O Deputado Renato Adur sugere que seja enviado ao Plenário

e recebendo o Substitutivo retorne a esta Comissão. O Deputado Valdir Rossoni diz que é claro que deveria o projeto de lei ser enviado ao Plenário e posteriormente retomar a esta Comissão, mas devem cobrar esse procedimento da Presidência da Casa. O Deputado Joel Coimbra coloca em votação a retirada do projeto de lei de votação e a devolução à Presidência, observando que foi determinação do Plenário desta C.C.J. O Deputado Caíto-Quintana indaga ao Senhor Presidente a quem deve dirigir-se para definir a questão de pedido de vistas em projetos com Regime de Urgência. O Deputado Joel Coimbra esclarece que qualquer Deputado pode dirigir-se à Presidência da Comissão com proposição no sentido de que seja regulamentada a questão. Diz que esta Presidência nomeará um Relator para que adote-se o procedimento ou encaminhe-se à Mesa para que submeta a matéria à apreciação do Plenário. O Deputado Antonio Annibelli diz que a C.C.J. é soberana para decidir suas coisas. O Senhor Presidente esclarece que não é soberana para legislar e o Regimento Interno determina como deve ser o procedimento quando a Comissão recebe expediente. O Deputado Antonio Annibelli solicita que esta Comissão torne por norma a distribuição e o sorteio dos Relatores para que também faça jurisprudência. 02) Projeto de Lei nº 473/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 090/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 459/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 089/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 458/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 088/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 422/96 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. O Senhor Presidente consulta o Plenário se devem fazer um requerimento para que seja o presente projeto de lei apensado ao Projeto de Lei nº 446/96 - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 130/96 de autoria do Deputado Sâmis da Silva. O Senhor Presidente sugere que seja dado o mesmo procedimento do item anterior - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 163/96 de autoria do Deputado Sâmis da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 08) Projeto de Decreto Legislativo nº 009/96 de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Angelo Vanhoni e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 187/96 de autoria do Deputado Marquinhos Alves. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 235/96 de autoria do Deputado Marquinhos Alves. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 262/96 de autoria do Deputado Marquinhos Alves. Parecer FAVORÁVEL com emenda do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 263/96 de autoria do Deputado Marquinhos Alves. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 313/96 de autoria do Deputado Marquinhos Alves. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 314/96 de autoria do Deputado Marquinhos Alves. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 351/96 de autoria do Deputado Marquinhos Alves. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 387/96 de autoria do Deputado Marquinhos Alves. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos e dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Se-

cretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária  
Assinaturas ilegíveis

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Emerson Nerone, Luiz Claudio Romanelli, José Maria Ferreira, Geraldo Cartário, Caio Quintana, César Seleme, Irondi Pugliesi, Basílio Zanusso, Walmor Trentini, Eduardo Trevisan, Antonio Annibelli, Valdir Rossoni e mais os Deputados Algaci Túlio, Cezar Silvestri e Orlando Pessuti. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a Ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se ao Expediente: 01) Questão de Ordem encaminhada a esta Comissão de Constituição e Justiça pelo Deputado Caio Quintana. O Senhor Presidente designa o Senhor Deputado Eduardo Trevisan para Relator da matéria. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 444/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. O Deputado Relator Emerson Nerone Requer Diligência - DEFERIDO. O Deputado Basílio Zanusso sugere que sejam votadas as mensagens governamentais. O Senhor Presidente esclarece que a preferência é para as matérias com Regime de Urgência. As mensagens votarão logo em seguida. 02) Projeto de Lei nº 204/96, de autoria do Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - REJEITADO. O Senhor Presidente coloca em votação o voto em separado, contrário, do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 03) Projeto de Lei Complementar nº 432/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 074/96. O Deputado Valdir Rossoni faz a leitura do parecer. O Deputado Caio Quintana indaga onde está a inconstitucionalidade das emendas, qual o embasamento. O Deputado José Maria Ferreira diz que a questão levantada pelo Deputado Caio Quintana é importante e pergunta como fica o encaminhamento das emendas, pois são controversas. O Senhor

Presidente diz que colocará em votação o parecer do Relator. O Deputado Carlos Simões pergunta se a emenda irá para votação em Plenário e o Senhor Presidente esclarece que se o parecer do Relator for aprovado com a emenda, ele irá para Plenário. O Deputado Luiz Claudio Romanelli indaga se é possível o Relator apresentar emenda na C.C.J. e não junto com as demais em 2ª discussão no Plenário. O Senhor Presidente cita o artigo 142 do Regimento Interno para elucidar a questão. O Deputado Luiz Claudio Romanelli diz que não cabe o artigo, pois não é proposição e sim uma emenda. O Deputado Eduardo Trevisan diz que fica a cargo do Deputado Relator a apresentação de emenda, mas cabe a ele somente analisar a constitucionalidade das mesmas e não acatar as que melhor lhe convier. O Deputado Antonio Annibelli diz que é votar sim ou não pela constitucionalidade. O Deputado Emerson Nerone cita o artigo 33, parágrafo 2º e artigo 43, parágrafo 2º do Regimento Interno, onde torna nulo o parecer por não haver embasamento. O Deputado Algaci Túlio diz que o Paraná está somente adaptando-se à Lei Federal, e acredita que o Deputado Relator tem autonomia para modificar seu parecer, encaminhando as emendas para apreciação em Plenário. O Senhor Presidente coloca em votação o parecer do Relator, onde é favorável ao encaminhamento de todas as emendas a Plenário, inclusive a que ora oferece - APROVADO por unanimidade; 04) Projeto de Lei nº 481/96, de autoria do Tribunal de Justiça. Concedido vistas aos Deputados Antonio Annibelli e Eduardo Trevisan; 05) Projeto de Lei nº 487/96, de autoria do Tribunal de Justiça. Concedido vistas aos Deputados Antonio Annibelli e Eduardo Trevisan; 06) Projeto de Lei nº 326/96, de autoria do Deputado Albanor Gomes. Concedido vistas ao Deputado Emerson Nerone; 07) Projeto de Lei nº 404/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Concedido vistas ao Deputado Emerson Nerone; 08) Projeto de Lei nº 478/96, de autoria do Deputado Antonio Annibelli. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrado os trabalhos e dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária  
Assinaturas ilegíveis